



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Pregão Eletrônico nº 49/2019 - SRP PROCESSO nº 23346.000597.2019-03

1. DO OBJETO

- 1.1.1.** A Aquisição de Futura de Materiais Permanentes e Consumo (Diversos), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:
- 1.1.2.** Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	221778	Subsolador - Subsolador com 5 hastes, 5 discos com cortador de palhada (diâmetro de 18”), tendo uma largura de trabalho de 1875mm, pesando aproximadamente 1850(kg) com profundidade de trabalho de 450 mm, com uma potência requerida de 100 125 CV. Estrutura com vigas tubulares de alta resistência, hastes cm desarme automático mola plana. Roda para controle de profundidade, rolo destorroador tem a função de pré-nivelar o solo para futuras operações (ASDADR-MP). Discos de corte independentes reguláveis, dispostos na frente e no alinhamento de cada haste (ASDADR-MP e ASDA-MP). Controle de profundidade pistão com anéis limitadores, que agem sobre as rodas (ASDACR-MP, ASDADR-MP e ASDA-MP). Consstruído para romper as camadas compactadas do solo, facilityar o crescimento das raízes e diminuir o risco de erosões. Possui desarme automático ds hastes, feito por molas	Und.	01	R\$ 22.990,83	R\$ 22.990,83



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		planas, gerando economia de manutenção em áreas com raízes e pedras e oferece versões que podem ser interligadas aos três pontos e barra de tração. Referência: Baldan modelo ASDADR-MP				
2	457476	Grade aradora intermediária Descrição: possui estrutura tubular com vigas de alta resistência e aço da melhor qualidade, com espaçamento de 300 mm entre disco. Possuindo 14 discos de 30", com o diâmetro do eixo de 2.1/4", com uma largura de trabalho de 1950mm, pesando aproximadamente 1910 kg, profundidade de trabalho entre 150 a 250 mm, requerendo uma potência de 95-112 cv. Pistão hidráulico, mancal com banho a óleo, pneu 11l-15 para rodeiro simples. Referencia: Baldan modelo CRI-RUnd.	Und.	01	R\$ 20.762,98	R\$ 20.762,98
3	318738	Niveladora controle remoto Descrição: construído com vigas tubulares de alta resistência. Possuindo 32 discos de 22", pesando aproximadamente 1302kg, com uma largura de trabalho de 2700mm e espaçamento entre discos de 175mm. Diâmetro do Eixo de 1.1/4", profundidade de trabalho de 50-150mm, rodado simples. Requerendo uma potência de 83-150mm, rodado simples. Requerendo uma potência de 83-89 CV, contendo mola estabilizadora, pistão hidráulico de levante, limpadores de discos. Pneus simples 11l-15. Acoplada a barra de tração.	Und.	01	R\$ 17.731,24	R\$ 17.731,24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		Refeitório: Baldan modelo NVCR				
4	221778	Trincha Descrição: Constituída por 10 martelos, tendo um peso de 740kg, largura de trabalho 1,60m, largura total de 1,80m. Comprimento de 1,40m e Altura de 1,20m. Com 5 correias dentadas, e potência requerida de 65-100 CV, com rotação TDP de 540 rpm. Deslocamento (lateral) hidráulico, mancais banhado a óleo, transmissão com giro lebre. Referencia: Vincon TRP 160 H.	Und.	01	R\$ 21.232,50	R\$ 21.232,50
5	313932	Cortadora Laser MÁQUINA CORTADORA LASER/100W Características gerais do equipamento - Área útil de corte 1200x1000 mm - Medidas externas: - Comprimento 1750 mm; - Largura 1550 mm; - Altura 1350 mm; - Velocidade de trabalho: de até 500 mm/s de acordo o material; - Servo motor; - Conexão: USB, pen drive e RJ-45; - Compatível com CorelDraw X2 ao X8; - Compatível com arquivos .dxf e .plt; - Não precisa de ambiente refrigerado; - Alimentação: Monofásica de 10 Amperes; - Precisão: $\pm 0,1\text{mm} / 1000\text{mm}$; - Fabricação Nacional; Acompanha: - Mesa tipo régua de alumínio - Tubo laser 100W da marca Puri - Chiller CH-5000 - Compressor de ar ACO-008 - Exaustor	Und	01	R\$ 46.501,33	R\$ 46.501,33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		- Cabos de Rede e USB - Software LaserCad em PT-BR incluso				
6	444855	Vacuum Forming MÁQUINA MODELAGEM VACUUM FORMING Área útil de trabalho: 460 x 960 x 180mm. Sistema de alimentação de placa: manual, posicionado no requadro da máquina; Estrutura: Em Aço com proteções em ACM; Modelo de bomba Vácuo: 2 Sirocos de 1400w; Tensão: 220v Monofásico ou Trifásico (380v Trifásico); Com mesa e forno totalmente manual; Redução de Energia entre as modelagens; Treinamento do equipamento e Garantia de 1 ano com assistência técnica Garantia permanente. Máquina para trabalhar com: PVC, PET, PS / PSAl, PETG, EVA, ABS e outros exceto acrílico; Itens que não incluso • Molde, Faca de Recorte, Matéria Prima;	Und	1	R\$ 26.885,02	R\$ 26.885,02
7	444855	Router CNC MÁQUINA ROUTER CNC COM MEDIDAS: COMPRIMENTO: 2.550 LARGURA: 1.870 ALTURA: 1.70 PESO: 350 KG 2. Área útil de trabalho: 3. Eixo X: 1.200 mm; 4. Eixo Y: 2.000 mm; 5. Eixo Z: 150 mm. - Máquina toda em aço e pintura eletrostática com tratamento; - Cremalheira de precisão nos eixos Y/ X (Opcional Fuso de esferas); - Fuso de esferas no eixo Z (16x10); - Guias lineares em todos os eixos;	Und	1	R\$ 52.336,94	R\$ 52.336,94



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		<ul style="list-style-type: none">- Motores de passo de 120 Kgf nos eixos Y e X;- Motor Spindle de 3CV, refrigerado a ar;- Inversor de frequência;- Drivers individuais para cada eixo;- Alimentação: 220 V monofásico;- Velocidade de trabalho: 4.000 mm/min (de acordo com o material utilizado);- Velocidade de deslocamento: 8.000 mm/min (de acordo com o material utilizado);- Rotação do motor: 18.000 RPM;- Precisão com sistema de cremalheira: 0,2/1000 mm; <p>Incluindo</p> <ul style="list-style-type: none">- 1 Ano de garantia;- Máquina para trabalhar com: MDF, MADEIRA, ACRÍLICO, ALUMÍNIO, PLÁSTICO E OUTROS. <p>- Treinamento de 4 horas sobre funcionamento da máquina e ARTCAM 2D corte e desbaste (deslocamento pago a parte);</p> <p>Opcionais</p> <ul style="list-style-type: none">- Nebulizador;- Coletor de pó;- Mesa a vácuo;- Sistema com servo motores;- Sistema de troca rápida de ferramentas				
8	414637	ESTUFA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Temperatura: Ambiente +7°C a 150°C Controle de temperatura: Digital microprocessado com sistema PID e certificado de calibração RBC Sensor: Tipo "J"	Und	02	R\$ 14.526,47	R\$ 29.052,94



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		<p>Precisão de controle: $\pm 1^{\circ}\text{C}$ Uniformidade: $\pm 4^{\circ}\text{C}$ Capacidade: 4 bandejas distantes 110 mm entre si Motor: De indução de $\frac{1}{4}$ CV Sistema de circulação: Ventilação interna no sentido horizontal Circulação/Renovação: Sistema manual para selecionar o tipo de circulação Isolamento: Térmico com dupla camada de fibra cerâmica e lã de vidro Segurança: Sistema de proteção contra superaquecimento Vedação: Porta com silicone moldado Câmara interna: Em aço inox polido Gabinete: Em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática Dimensões internas: L=595 x P=620 x A=595 mm Volume: 220 litros Dimensões externas: L=850 x P=800 x A=1230 mm Peso suportado por bandeja: até 10kg Peso: 120 Kg Potência: 1500 Watts Tensão: 220 Volts - 02 Bandejas - 02 Fusíveis extra - Manual de Instruções com Termo de Garantia Aplicação: Utilizada para secagem de material, vidrarias e amostras em geral, podendo ser utilizada para determinação de umidade, possuindo ou não sistema de circulação e renovação de ar.</p>				
9	445316	Dispenser Para Papel Higiênico em Rolo. Detalhes do produto: Biovis: Dispenser	Und	50	R\$ 302,12	R\$ 15.106,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		Aço Inox polido papel higiênico rolo Suporte para papel higiênico em rolo. em Inox. Possui visor e sistema de travas laterais. Característica do Modelo: Acionamento manual Possui visor e travas laterais Aço Inox polido Aplicação: Shoppings, Empresas, Postos de Combustível, Hospitais, Exposições, Cinemas, Teatro, Clínicas, Indústrias, consultórios etc Especificações: Capacidade: rolo 500 metros Matéria Prima: Aço inox polido Linha de produtos: INOX Acionamento: Manual Dimensões: A: 26,5cm L: 26,5cm C: 12,5cm Cor: Inox, Peso: 1,260 Kg				
10	383413	Arquivo Metálico Material chapa aço 24/ 26, acabamento superficial pintura eletrostática, tratamento antiferruginoso, quantidades gavetas 4 un, tipo fechamento gavetas com puxadores, cor cinza, características adicionais dimensões 0,46 x 0,55 x 1,33 m (LxPx A), com chave, aplicações pastas suspensas.	Und	10	R\$ 495,93	R\$ 4.959,30
Valor Total R\$						R\$ 257.559,08

1.2 Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste Termo de Referência para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. **Deve ser considerada sempre a descrição completa dos produtos, constante neste Termo de Referência.**

1.3 A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.4 A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, **incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.**



1.5 Serão aceitos somente itens que tenham sua descrição completa. Descrição incompleta será entendida como em desacordo com o solicitado.

1.6 O Pregoeiro poderá solicitar que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **08 (oito) dias úteis** contados da solicitação.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

ITEM 01 a 04 - O Instituto Federal Sul de Minas Gerais Campus Muzambinho é uma das Escolas-Fazendas da rede Federal de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) do MEC (Ministério da Educação) e faz parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil. Como Escola Fazenda possui setores na área de produção agrícola, pecuária, agroindústria e laboratórios de solos e bromatologia. Na área de produção agrícola possui o setor de mecanização, que presta os mais variados serviços dentro do Campus através de seus equipamentos mecanizados desde preparo do solo para prantio até a colheita, confecção de canteiros no setor de olericulturas, roçadas, transportes e outros. Para uma boa prestação de serviço necessita-se aquisição de equipamentos apropriados e de melhor eficiência de trabalho, por isto a necessidade de montar um processo eletrônico para compra dos equipamentos descritos nesta solicitação.

ITEM 05 a 07 - O IFSULDEMINAS, através de seus Campi, oferece serviços educacionais que envolvem atividades em laboratórios didáticos, de pesquisa e de produção. Esses laboratórios viabilizam o contato dos alunos com diferentes tecnologias, exigindo que recursos tecnológicos atualizados estejam disponíveis. Considerando que diversos dos laboratórios instalados nos Campi encontram-se indisponíveis e/ou impossibilitados para a construção de protótipos e a construção de modelos para determinados fins, a presente contratação visa permitir a atualização desses recursos e a criação de novos laboratórios chamados “Espaço Maker” (ou FABLABs). A contratação em questão foi viabilizada pela disponibilidade de recursos extra orçamentários, exigindo urgência em sua condução.

ITEM 08 - O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, visando suprir possíveis demandas no exercício de suas atividades, realiza licitações através do Sistema de Registro de Preços. A aquisição dos equipamentos solicitados são para uso no Laboratório de Fisiologia Vegetal e Sementes viabilizará a prática do ensino e pesquisa, permitindo que os usuários do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho adquiram conhecimentos úteis em suas atividades com as análises de rotina em Fisiologia Vegetal e Sementes. Também, permitirá que o Campus tenha condições de atender demandas externas, da comunidade de produtores rurais que buscam nossos serviços laboratoriais para análise de sementes. A finalidade do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. Neste sentido, a presente licitação tem como objetivo garantir celeridade e eficiência no momento da aquisição, garantindo a qualidade nos serviços prestados ao cidadão.



ITEM 09 - Os dispensers de banheiro visam a utilização higiênica do banheiro (uso de sabonete para mãos, de papel toalha e de papel higiênico). Com relação ao modelo de dispenser para papel higiênico, temos problema com furtos, por isso há a necessidade de fazer a troca de alguns dispenser instalados em alguns banheiros e realizar a instalação em outros, pois ainda encontra sem dispenser.

ITEM 10 - Ao aumento do número de curso ofertados e de matrículas realizadas nos últimos anos.

2.2 Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

ITEM 01 a 04 - Esta solicitação de compras tem como objetivo adquirir equipamentos agrícolas que são de grande utilidade para o Campos e que no momento não dispões dos mesmos, tendo como meta a sua aquisição para atendimento nas áreas de plantio e condução das lavouras anuais e perenes com maior rendimento de trabalho.

ITEM 05 a 07 - A partir desta aquisição, será possível aos Campi disponibilizar um local para a construção de protótipos e/ou a construção de modelos para fins específicos, atendendo de forma satisfatória os requisitos das atividades educacionais e de ideação às quais se destinam. Além disso, espera se permitir o desenvolvimento da inovação, beneficiando diretamente os alunos e demais usuários do Campus. Em última instância, espera-se melhorar os serviços educacionais oferecidos, em alinhamento ao Plano Estratégico de TIC, em seu objetivo OE.01 (Expandir, padronizar e inovar a oferta de serviços e infraestrutura). Cabe ainda destacar que a abordagem de contratação conjunta deve evitar que os Campi aloquem recursos para execução do processo, resultando em importante otimização.

ITEM 08 – Vide item 6.1 (item 08)

ITEM 09 - Coibir o desperdício e as traquinagens dos alunos e demais usuários do ambiente. Evitar roubo, pois os banheiros do prédio tem as portas do modelos “vai e vem” tornando impossível manter papel higiênico nos banheiros.

ITEM 10 - A aquisição deste material tem como objetivo realizar o armazenamento correto dos documentos, contribuindo para a organização dos arquivos e melhorando os processos do Setor de Registros Acadêmicos.

2.3 Quais os impactos do não atendimento?

ITEM 01 a 04 - O não atendimento a esta solicitação gera grandes transtornos ao Campus pois, com a falta destes equipamentos é necessário contrato para empréstimo quando se faz necessária a utilização dos emsmos ou trabalhar com outro equipamento menos adequado com menor rendimento e qualidade de trabalho.

ITEM 05 a 07 - O não atendimento à demanda pode resultar na entrega inadequada dos serviços educacionais

ITEM 08 – Vide item 6.1 (item 08)

ITEM 09 - Sem condições de manter papel higiênico no banheiros, o que gera reclamações de alunos, professores e funcionários.

ITEM 10 - O quantitativo se justifica pela elevação constante da quantidade de matrículas realizadas a cada semestre letivo.



2.4 Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?

ITEM 01 a 04 - Sim, pois com aquisição de novos equipamentos há um menor consumo de combustível devido a maior eficiência de trabalho.

ITEM 05 a 07 – Não se aplica a solicitação.

ITEM 08 – Vide item 6.1 (item 08)

ITEM 09 - Sim, a quantidade de consumo de papel higiênico será menor, pois evitará o desperdício.

ITEM 10 - A compra dos arquivos de aço permitirá melhor utilização do espaço físico do setor, redução da utilização dos arquivos de caixas de papelão, além de facilitar a localização e o arquivamento dos documentos.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do Art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (TRINTA) dias, contados do apartir do recebimento da nota de empenho, conforme quantidades estipuladas no empenho, no seguinte endereço ALMOXARIFADO DO IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO situada na Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto, Muzambinho – MG, CEP: 37.890-000;

4.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 15 (quinze) (dias), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de, a partir da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



- 6.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das



falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;



12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

12.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



- 12.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 12.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 12.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Materiais Permanente)

13.1 Para fins de garantia, deverá atender o período estabelecido pelo FABRICANTE, caso seja menor do que a prevista neste termo de referência, prevalecerá a garantia estipulada na descrição detalhada do termo de referência.

13.2 A assistência técnica deverá ser prestada pela empresa proponente ou somente por uma empresa autorizada pelo fabricante.



13.3 A Assistência Técnica deverá ser executada nos equipamentos, conforme normas técnicas do fabricante.

13.4 As chamadas para Assistência Técnica de Garantia deverão ser atendidas em até 24 (vinte e quatro) horas, com solução do problema em até 72 (setenta e duas) horas corridas a contar do início do chamado.

13.5 A Assistência Técnica de Garantia deverá ser efetuada deixando o equipamento em perfeita condição de funcionamento, com suas características originais mantidas.

13.6 A empresa proponente deverá oferecer na proposta o telefone/email de suporte para abertura e acompanhamento dos chamados técnicos da empresa prestadora do serviço de Assistência Técnica de Garantia.

13.7 Caso ocorra mais de 2 incidências de defeito no equipamento em período igual ou inferior a um mês, o mesmo deverá ser substituído por outro com características semelhantes ou superiores, em prazo não superior a 10 (dez) dias.

13.8 Caso seja necessária a substituição de componentes considerados estratégicos ao funcionamento do equipamento, deverá ser comunicado e aprovado pelo Instituto.

13.9 Os componentes instalados em substituição aos danificados deverão ter características iguais aos originais do equipamento. Caso sejam utilizados componentes com características superiores não haverá ônus adicional para o Instituto.

13.10 A contratada deverá emitir relatório técnico indicando os procedimentos realizados no equipamento caso passe pela manutenção corretiva.

13.11 Aplicam-se às condições de garantia as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

13.12 A manutenção corretiva (garantia) dar-se-á, por solicitação da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma, quando for verificado qualquer defeito ocasional do equipamento, dentro do período da garantia, desde que não motivados por negligência, mau uso ou imperícia, podendo haver a substituição de peças ou componentes defeituosos ou desgastados.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. Está estimado o custo total de **R\$ 257.559,08 (DUZENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E OITO CENTAVOS).**



14.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, conforme o caso.

15. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de produção, Coordenação do Curso de Agronomia, Coordenação do Curso de Informática Integrado ao Ensino Médio, Coordenador do ELITT e Setor de Registros Acadêmicos, auxiliado pela “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Muzambinho – MG, 21 de novembro de 2019.

De acordo:

Zélia Dias de Souza
Diretora de Administração e Planejamento

Aprovo:

Renato Aparecido de Souza
Diretor-Geral